

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC (FN) JUSCELINO DOUGLAS DOS SANTOS

A RESPONSABILIDADE DA MÍDIA NA COBERTURA DE EVENTUAIS INCIDENTES
TERRORISTAS EM GRANDES COMPETIÇÕES ESPORTIVAS:
as lições aprendidas do ataque nas Olimpíadas de Munique de 1972.

Rio de Janeiro

2018

CC (FN) JUSCELINO DOUGLAS DOS SANTOS

A RESPONSABILIDADE DA MÍDIA NA COBERTURA DE EVENTUAIS INCIDENTES
TERRORISTAS EM GRANDES COMPETIÇÕES ESPORTIVAS:
as lições aprendidas do ataque nas Olimpíadas de Munique de 1972.

Dissertação apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CF (FN) Alexandre A. C. Simioni

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval
2018

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, CF(FN) SIMIONI, pela orientação precisa e sincera, disponibilidade, espírito de corpo e pela oportunidade de transmitir seus conhecimentos.

Ao CF (RM-1) NAGASHIMA, pela atenção, disposição e preocupação dedicadas durante todo o ano aos Oficiais-Alunos.

À minha filha, Gabriela, pelo seu amor e carinho incondicionais que tanto me enchiam de alegria e incentivavam ao longo do curso.

À Tatiana, minha querida esposa e companheira, que esteve ao meu lado, compreendendo minha ausência para dedicar-me à labuta constante do curso, incentivando-me e motivando-me com seu amor e carinho.

Ao meu irmão Douglas Santos e à minha sobrinha Júlia, pelo apoio e incentivo durante a execução deste trabalho.

Aos meus pais José e Severina, pelos seus exemplos de determinação, disciplina, amor e carinho.

Ao Criador, por ter-me dado força e fé para vencer os obstáculos e limitações no cumprimento da missão.

RESUMO

O terrorismo internacional, sendo um dos principais métodos de luta assimétrica, tornou-se uma das principais ameaças à paz em vários países e sempre esteve presente ao longo da história das civilizações. No entanto, a globalização e o acesso à tecnologia encurtaram distâncias entre povos permitindo ampla e instantânea difusão de atos terroristas em âmbito mundial. Nesse sentido, a ampla cobertura na mídia do atentado ocorrido na Alemanha, em 05 de setembro 1972, que atingiu uma delegação israelense, sensibilizou a opinião pública e colocou o assunto na pauta das principais discussões internacionais. Uma sucinta análise do problema permite constatar que o apoio da mídia no combate ao terrorismo, estende seu propósito além do clássico compromisso com a notícia. É nítido o poder da mídia perante a sociedade e sua influência dual, ora a favor do Estado, ora dos terroristas. Sendo assim, a divulgação instantânea de cenas trágicas pode debilitar o campo psicossocial da população. As Olimpíadas de Munique, pela sua magnitude, foi um evento ideal para propaganda de grupos terroristas, uma vez que grandes emissoras realizavam a cobertura dos jogos olímpicos a nível global. Nesse sentido, a pergunta que norteia essa dissertação é: qual seria a responsabilidade da mídia na cobertura de grandes eventos esportivos como parceira do Estado? Mediante tal questão, a hipótese inicial é que a mídia pode influenciar a opinião pública a favor das ações do Estado na prevenção e combate ao terrorismo. Para isso, a pesquisa se utilizará de um estudo de caso que se fundamentará em análises bibliográficas e espera trazer à tona questões de interesse para reflexões sobre o atentado nos Jogos Olímpicos de Munique e abordagens futuras com o objetivo de validar e questionar conceitos e situações vigentes no emprego da mídia como parceira do Estado no combate ao terrorismo.

Palavras-chave: Terrorismo. Grandes eventos. Mídia. Sinergia.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	5
2	DEFINIÇÃO E CLASSIFICAÇÃO	8
2.1	Definição	8
2.2	Classificação	10
3	CONSIDERAÇÕES SOBRE A QUESTÃO ISRAEL-PALESTINA: A ORIGEM DO ÓDIO PALESTINO	13
4	O ATENTADO NOS JOGOS OLÍMPICOS DE MUNIQUE	17
4.1	Antecedentes	17
4.2	A ação terrorista	21
5	SINERGIA MÍDIA, ESTADO E POPULAÇÃO	28
6	CONCLUSÃO	37
	REFERÊNCIAS	40

1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento da tecnologia da informação foi surpreendente no último século, particularmente no campo bélico, porém o homem não poderá ser substituído em combate por qualquer tecnologia que seja inventada nesse setor. A vontade de lutar, a motivação e a capacidade de resistir a um inimigo, mesmo que seja superior, são características inerentes aos seres humanos e, sendo assim, a tecnologia não poderá substituir essa natureza.

Para que um Estado, mesmo poderoso, possa se impor e subjugar outro, ele precisará adentrar no território inimigo com tropas terrestres para consolidar sua conquista, porém essa utilização de força causa interações e atritos com a população local.

No tocante à população nativa, verifica-se certa resistência à dominação. A relutância de movimentos nativistas¹ ou nacionalistas originam conflitos assimétricos, nos quais, muitas vezes, se faz uso do terror por parte dos mais fracos.

Esses ataques terroristas são detalhadamente planejados de modo a levar pânico à população e contribuir para a obtenção de um objetivo mais amplo, que normalmente está na esfera política. Para isso, os perpetradores na maioria das vezes possuem a vantagem da iniciativa das ações e do fator surpresa, por utilizarem os fatores² de tempo, espaço e força a seu favor.

Nesse contexto, o combate ao terror exige uma adequação da tropa convencional e o envolvimento de outros setores da sociedade, pois o adversário pode ser qualquer um, estar

¹ Movimentos oriundos de locais que ainda não possuem um Estado nacional e buscam a expulsão de um ator externo dominador ou a sua emancipação.

² Fatores utilizados na Arte da Guerra. Quando empregados por terroristas são maximizados pois o espaço é indefinido em função dos terroristas não terem território delimitado; o tempo se torna seu aliado, pois como estão imiscuídos na população conseguem movimentar-se e articular-se de maneira mais livre e sigilosa que uma tropa convencional; e em relação à força a utilizam com superioridade local e temporal onde o inimigo é mais fraco ou está desprotegido.

em qualquer lugar e atuar em qualquer momento. Aliado a isso, os terroristas são elementos que não possuem apreço à vida e muitas vezes suas ações destrutivas são amplificadas pela cobertura midiática.

Sendo assim, surge a seguinte indagação: Como se combater um inimigo com características tão peculiares e fortemente motivado?

Inicialmente, deve-se ter consciência da complexidade do tema, o qual possui várias classificações, além de não ter unanimidade na sua própria definição (como será apresentado no próximo capítulo). No entanto, os terroristas possuem em comum a busca pela disseminação de seus atos por meio da mídia, de modo a contribuir para propagação de sentimentos como insegurança, vulnerabilidade, exposição, sofrimento e impotência para se obter uma meta mais ampla e política.

Por isso, este trabalho analisará o potencial da mídia no caso específico das Olimpíadas de Munique, de 1972, pois a partir dessa análise é possível estimar ações preventivas e corretivas, assim como lições aprendidas para aplicação em outros eventos dessa magnitude.

Pelo exposto, torna-se nítida a responsabilidade da mídia na cobertura desses eventos e de eventuais incidentes terroristas durante competições dessa natureza. A dificuldade na detecção antecipada dos ataques terroristas coloca os perpetradores em vantagem relativa, a qual só poderá ser minimizada pela preparação e prevenção por parte do Estado em conjunto com a mídia e a população.

Desse modo, qual deveria ser a responsabilidade da mídia como parceira do Estado na cobertura de grandes eventos esportivos e eventuais incidentes terroristas durante essas competições?

Esse questionamento será respondido ao longo do presente estudo tem como

objetivo examinar os fatos relevantes nos Jogos Olímpicos de 1972, realizados em Munique, que colocaram em questão a preparação e a segurança do evento esportivo e servirão de ensinamentos para outros eventos dessa magnitude. Sendo assim, a pesquisa foi fundamentada em pesquisa bibliográfica, desenvolvida em livros, artigos de revista e sites da internet.

Para tanto, esta pesquisa foi dividida em seis capítulos.

Seguindo-se, no segundo capítulo serão apresentadas definições e classificações de terrorismo e adotar-se-á as que se enquadrem no objeto de estudo de modo a facilitar sua análise.

No terceiro capítulo, será feito um estudo da questão Israel-Palestina, de modo a explicitar a contenda entre estes atores e os fatos motivacionais do atentado em questão.

O quarto capítulo descreverá o atentado realizado pelo grupo terrorista Setembro Negro durante os Jogos Olímpicos de Munique, juntamente com a conjuntura que contribuiu para sua realização, analisando os erros na preparação do evento e na condução do controle do sinistro.

No quinto capítulo, será feita análise da sinergia da mídia com Estado e população na realização de grandes eventos e na cobertura de possíveis ações terroristas seus aspectos positivos e negativos na cobertura.

E por fim, no sexto capítulo, será apresentada uma conclusão sobre esse estudo.

2 DEFINIÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

O terrorismo, além de não ter uma definição unânime pelos diversos países e estudiosos do assunto, pode ser enquadrado em várias formas de classificação de acordo com as diversas correntes de pensamento do tema ou doutrinas de contraterrorismo. Neste capítulo serão adotadas uma definição e algumas classificações específicas de terrorismo de forma a melhor analisar o presente objeto de estudo que é a responsabilidade da mídia no atentado de Munique.

2.1 Definição

Segundo Woloszyn (2010), não há um consenso sobre a definição de terrorismo em função de sua constante evolução, interpretação e diversidade de resultados, portanto, serão citadas algumas definições a título de orientação para este trabalho.

Inicialmente, pode-se observar a Resolução nº 49/60 da Assembleia Geral das Nações Unidas, medidas para eliminar o Terrorismo Internacional, que considera terrorismo como

Atos criminosos, intencionados ou calculados para provocar um estado de terror no público em geral, em um grupo de pessoas ou em indivíduos em particular com propósitos políticos, não justificáveis em nenhuma circunstância, quaisquer que sejam as considerações políticas, filosóficas, raciais, étnicas, religiosas ou de outra natureza que possam ser invocadas para justificá-los (ORGANIZAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS, 1994, tradução nossa)³.

Nesse mesmo documento, a Organização da Nações Unidas (ONU) estabelece que os Estados deverão estabelecer mecanismos jurídicos e se certificar ao máximo de que o solicitante de asilo não esteja envolvido com terrorismo, de modo que possa ser extraditado, no caso de envolvimento, e não ganhar o status de refugiado.

³ Criminal acts intended or calculated to provoke a state of terror in the general public, a group of persons or particular persons for political purposes are in any circumstance unjustifiable, whatever the considerations of a political, philosophical, ideological, racial, ethnic, religious or any other nature that may be invoked to justify them.

Dessa forma, qualquer atividade de terrorismo é abrangida como crime comum e não de natureza política, de modo a negar asilo e possibilitar a extradição de perpetradores.

No entanto, de acordo com o aceito uso contemporâneo o terrorismo é inerente e fundamentalmente político. Ele está associado à conquista e ao uso do poder, ao campo ideológico, à imposição de vontade, à religião, ao ato de tornar-se independente ou separar-se, ou seja, tem a ver com a coletividade de um grupo e seu desejo de mudar o sistema, ao contrário do crime comum, que embora possa se valer de ações semelhantes às utilizadas por terroristas, é impulsionado por motivos pessoais e interesseiros, não querendo modificar o sistema vigente.

Pode-se acrescentar, segundo Woloszyn (2010), que para os Estados Unidos da América o terrorismo são atividades criminosas com fim de intimidar e coagir a população civil, além de influenciar na conduta e política do governo por meio de coerções, assassinatos e sequestros.

Para Yasser Arafat, *ex-chairman*⁴ da Organização para Libertação da Palestina (OLP) desde 1969, quem luta motivado por uma causa justa como liberdade e libertação de sua terra do jugo de invasores, assentadores e colonizadores é um revolucionário e não pode ser classificado em hipótese alguma como terrorista.

Ainda segundo Woloszyn (2010), em Israel o terrorismo é definido como crime contra a segurança e segredos de Estado, contra autoridades governamentais, propriedades, meios de transporte e de comunicações e associações corporativas.

Além disso, as penas previstas tanto nos EUA quanto em Israel variam de prisão perpétua a pena de morte.

⁴ Presidente ou chefe de organização.

Em todas as definições apresentadas pode ser verificado que o terrorismo, apesar de possuir variações, é planejado e visto como uma forma de impor sua opinião utilizando a força em prol de um grupo, ou seja, o terrorismo não é um ato egocêntrico que visa uma necessidade pessoal, sendo projetado para causar grandes repercussões. Outrossim, verifica-se que todas as definições convergem num mesmo sentido ao falarem de política, ameaça, violência e terror.

Há outras definições para o assunto em tela, no entanto, pelo motivo de estar relacionado ao uso da mídia, adotaremos a definição que prevê que terrorismo é uma ação de violência premeditada e politicamente motivada, perpetrada contra alvos não combatentes por grupos subnacionais ou agentes clandestinos normalmente com a intenção de influenciar uma audiência (WHITTAKER, 2005).

2.2 Classificação

Inicialmente, a obra “Guerra Irregular” (VISACRO, 2009) classifica a ação terrorista, muito apropriadamente, quanto à natureza do alvo em:

- Terrorismo seletivo: forma de emprego do terror na qual os ataques são restritos a alvos específicos, limitando os danos colaterais com intuito de não atrair a reprovção generalizada da opinião pública. É o caso dos sequestros de diplomatas estrangeiros perpetrados por grupos revolucionários marxistas no Brasil e no Uruguai durante as décadas de 1960 e 1970 e a represália desencadeada pelo governo israelense contra militantes do grupo palestino Setembro Negro, em resposta ao atentado terrorista executado contra a delegação olímpica de Israel em 1972; e
- Terrorismo indiscriminado: atentados executados de maneira a vitimar o maior número possível de “não-combatentes”. Como exemplo podemos mostrar a operação da Al-Qaeda contra os prédios do World Trade Center em New York.

Analisando outras características, Woloszyn (2010) aponta que a doutrina de inteligência brasileira apresenta a seguinte classificação:

- Terrorismo internacional: quando vítimas, executantes, local de um atentado, ou meios utilizados, envolvem mais de um país. Nesses incidentes a preparação, o financiamento, as consequências e as ramificações transcendem as fronteiras nacionais;
- Terrorismo nacional ou doméstico: quando os incidentes são praticados por terroristas em seu próprio país e contra seus nacionais.
- Terrorismo de Estado: quando os atos de violência são praticados, controlados ou apoiados pelo Estado. Podemos citar como exemplo Revolução Francesa de 1789, durante o período dos jacobinos no poder esses se valiam amplamente da violência, colocando o terror como o modus operandi padrão dos partidários da Revolução; além de outros regimes totalitários.

Segundo Melo Neto (2002), a classificação do terrorismo se dá conforme abaixo:

- Terrorismo de Guerra: com o fim de fustigar, desgastar o inimigo e dividir seu poder de combate realiza sabotagens, assassinatos de líderes e sequestro de comandantes militares;
- Terrorismo político ou ideológico (secular): aquele cujas ações têm o objetivo de substituir um regime político, desgastar suas instituições, promover descontentamento da população em relação ao governo, libertação do Estado ou sua emancipação política. Durante o século XX, essa forma de terror foi largamente explorada por movimentos marxistas revolucionários, organizações nacionalistas radicais e grupos reacionários de extrema direita;
- Terrorismo religioso: caracterizado pela intolerância, com atos de violência contra grupos e seitas religiosas e embora não seja prerrogativa do mundo muçulmano, há preponderância da vertente islâmica sobre as demais correntes religiosa. Muitas vezes o terrorismo religioso é usado como pretexto por fatores causais de ordem política, como a influência das potências

ocidentais sobre o Oriente Médio, a existência de governos seculares dentro das fronteiras do Islã ou a questão nacional palestina; e

– Terrorismo Cultural: caracterizado pela perseguição à minorias étnicas, como por exemplo a questão dos curdos no Iraque, a guerra da Bósnia, os Hutus e os Tutsis em Ruanda.

Ao analisar o cerne do assunto em tela, verifica-se a importância de distinguir a ação terrorista do crime comum, além de estabelecerem medidas mais enérgicas que facilitem a extradição de perpetradores.

Embora não haja um consenso na definição de terrorismo, sua concepção, contexto, motivação e repercussão estão inseridos em uma conjuntura muito mais complexa, cujo conhecimento é condição fundamental para melhor prevenir e combatê-lo.

No presente trabalho, as diversas classificações de terrorismo serão confrontadas com o atentado de Munique, particularmente no capítulo quatro, de modo a proporcionar um melhor entendimento do problema.

3 CONSIDERAÇÕES SOBRE A QUESTÃO ISRAEL-PALESTINA: A ORIGEM DO ÓDIO PALESTINO

Este capítulo descreverá a criação do Estado Israel, a partir do movimento sionista, o qual visava a união do povo judeu que estava disperso pelo mundo, principalmente na Europa, a preservação de sua existência e a criação do Estado judeu.

Em seguida, será visto como a expansão israelense foi o embrião do ódio dos palestinos contra Israel, pois logo após sua independência se sucederam as guerras Árabe-Israelense e dos Seis Dias, as quais contribuíram veementemente com o surgimento de vários campos de refugiados palestinos e, por consequência, um terreno fértil para recrutamento de voluntários terroristas para a causa palestina.

Nessa análise, observa-se que o sionismo, que teve um papel fundamental para formação de Israel, havia começado no final do século XIX com Theodor Herzl⁵, mas ganhou força em meados da 1ª Guerra Mundial (PGM) (1914 – 1918) com a Declaração de Balfour⁶ que visava, em parte, convencer os judeus russos que apoiavam a Revolução Russa a manter aquele país na Guerra (BLAINEY, 2011).

Os judeus mantiveram sua cultura e religiosidade mesmo se adaptando aos costumes dos países onde se instalaram e sua elevada dedicação, característica de seu povo, chamava a atenção de seus anfitriões. Por outro lado, o anti-semitismo⁷ em vários países da Europa se contrapunha à presença judaica, bem como aos seus costumes.

Nesse aspecto é importante observarmos que, segundo Finkelstein (1995), a ideologia sionista utilizava-se da lógica do anti-semitismo, pois não procurou combatê-lo, mas encontrar uma convivência com este propondo que a questão judaica fosse resolvida com

⁵ Líder judeu fundador do sionismo político moderno.

⁶ Arthur James Balfour era secretário de Relações Exteriores do Reino Unido, durante a Primeira Guerra Mundial.

⁷ Ideologia de aversão cultural, étnica e social aos judeus.

estabelecimento de um Estado judeu, no qual seu povo seria maioria.

É interessante constatar que a teoria do Espaço Vital⁸, que foi utilizado por Adolf Hitler, um anti-semita ferrenho, seria também utilizada pelo povo judeu na Palestina. Como descrito por Ben-Gurion, que argumentava que era a favor da partilha da Palestina, porque após Israel se tornar uma grande potência, depois do estabelecimento do Estado, iria abolir a partilha e se espalhar pela Palestina (PALUMBO⁹, 1987 *apud* GATTAZ, 2002, p. 104).

Com o fim da PGM, o Reino Unido, assim como outros países da Europa, era a potência colonial que detinha o controle de várias áreas da África e do Oriente Médio, inclusive da Palestina (em relação à essa região tinha uma postura ambígua ao realizar promessas tanto para os judeus quanto para os palestinos). Era sabido que a colonização britânica visava lucro e consentia a convivência conjunta com outros povos, ao contrário da judaica que não tolerar a convivência mútua com outro povo de costumes tão diferentes como os árabes palestinos e que visava o estabelecimento, a sobrevivência e a união de seu povo.

Nesse sentido, segundo Gattaz (2002), para lidar com a incompatibilidade do povo palestino os judeus criaram o principal slogan do sionismo: "uma terra sem povo para um povo sem terra".

Mas foi com o fim da 2ª Guerra Mundial (SGM) (1939 - 1945) que o movimento ganhou força e milhares de judeus foram migraram para a Palestina, pois a economia britânica estava enfraquecida e, assim, diminuía cada vez mais o interesse em permanecer como mediador na Palestina, além de vir à tona os detalhes do holocausto. Nesse mesmo ano, a ONU tentou estabelecer a parcela de território que caberia ao povo Palestino (BLAINEY, 2011).

⁸ Para os geopolíticos alemães do início do século XX, espaço vital é o direito que uma nação possui de ampliar o espaço para o desenvolvimento de sua população, levando em conta todos os recursos naturais e humanos. O corolário desta teoria é que um Estado jovem, em crescimento, deve expandir-se (TOSTA, 1984).

⁹ PALUMBO, Micahel. *The Palestinian catastrophe: the 1948 expulsion of a People from their Homeland*. London: Faber & Faber, 1987.

Os judeus aproveitaram de maneira contundente essa oportunidade, sendo o museu Nacional de Tel Aviv palco da declaração de independência do Estado de Israel em maio de 1948, a qual buscou no passado histórico e no presente político da época as bases morais e legais para sua fundação, pois o documento argumentava que a Terra de Israel era o local de origem do povo judeu e que a declaração de Balfour e a partilha da ONU davam aos judeus o direito inalienável de estabelecer seu estado no Oriente Médio (GATTAZ, 2002).

Logo após o a declaração de sua independência, seguiu-se uma comemoração eufórica pela maioria dos judeus nas ruas, porém, para o líder David Ben-Gurion¹⁰, aquele ato era apenas o começo de uma luta interminável.

De fato se concretizou o receio do líder supracitado e após a declaração de independência de Israel se sucedeu um período de guerras contra o povo judeu como a Guerra Árabe-Israelense, em que Israel derrotou Egito, Jordânia, Líbano, Síria e Iraque, a Guerra dos Seis Dias (estas que antecederam o atentado de Munique), entre outras.

Com o fim da Primeira Guerra Árabe-Israelense surgiu a polêmica dos refugiados palestinos, pois a Israel fora atribuída a culpa dessa emigração em função de sua autoria em vários massacres em várias regiões do país contra a população palestina causando pânico. Em um deles, mais de 100 pessoas (homens, mulher e crianças) foram mortas, provocando uma fuga de cerca de 100 mil pessoas da região de Jerusalém. E outros palestinos, que não fugiram por medo, foram expulsos (ONU, 2002).

A ONU, em dezembro de 1948, aprovou a resolução 194:

[...] reconhece aos refugiados palestinos o direito de regressarem aos seus lares

¹⁰ Primeiro primeiro-ministro de Israel. Foi o político mais influente do país e líder que conduziu o processo político que levou à decisão da ONU pela partilha da Palestina em dois Estados, em novembro de 1947 e, depois, à fundação do Estado judaico. Na condição de líder do Governo Provisório Judaico na então Palestina, foi Ben-Gurion quem leu a declaração de independência de Israel, em 14 de maio de 1948, em Tel Aviv.

ou de serem indenizados, se assim o preferirem. Apesar de o preâmbulo da resolução que o admitiu na ONU mencionar explicitamente a aplicação desta resolução, Israel recusou-se e continua a recusar-se a aplicá-la. Apressando-se a arrasar as aldeias palestinianas que tinham sido esvaziadas dos seus habitantes (o número habitualmente avançado é de cerca de 500 localidades) e distribuindo as terras aos imigrantes judeus, Israel tornou impossível o regresso de uma boa parte dos refugiados aos seus lares (COMISSÃO JUSTIÇA E PAZ/ONU, 2002).

Por outro lado, segundo os sionistas, houve uma saída voluntária dos árabes palestinos do local, uns mais bem situados financeiramente foram para o Cairo ou Beirute, outros remanescentes de menor poder aquisitivo atenderam ao chamado do Alto Comando árabe para deixarem suas casas com a promessa de um retorno rápido decorrente de uma suposta esmagadora vitória dos exércitos árabes sobre os sionistas (GATTAZ, 2002).

No entanto, os israelenses venceram e o retorno dos refugiados palestinos às suas regiões de origem não ocorreu, resultando num momento crítico que abalou a estrutura social e econômica dos palestinos, que inclusive foi agravado com a saída dos palestinos privilegiados economicamente.

Sendo assim, em 1964 surgiu a Organização para Libertação da Palestina (OLP), uma organização política que objetivava a luta pela independência da Palestina por via diplomática ou luta armada, pois articulou e financiou vários movimentos de resistência clandestinos como o Fatah¹¹, primeiro grupo guerrilheiro da OLP, intensificando ainda mais o conflito entre Palestina e Israel (WOLOSZYN, 2010).

De qualquer modo, a causa da expulsão dos palestinos fora atribuída a Israel e seu resultado foi formação de vários campos de refugiados, nos quais havia um terreno muito fértil para cultivar o ódio por meio da ira justa¹² e realizar o recrutamento de pessoal disposto a atuar no terrorismo em prol da causa palestina.

No próximo capítulo, essa análise será ampliada de modo a identificar-se que o grupo Setembro Negro e, particularmente, o atentado de Munique foram um produto da

¹¹ O Fatah, fundado por Yasser Arafat na década de 50, anteriormente à criação da OLP, passou a ser a maior facção daquela organização, sendo o maior partido palestino, é inteiramente secular e também atuou como grupo terrorista.

¹² Termo utilizado na guerra de insurgência para justificar o ódio.

própria expansão do Estado judeu.

4 O ATENTADO NOS JOGOS OLÍMPICOS DE MUNIQUE

Neste capítulo serão abordados os fatores históricos e geopolíticos afetos ao atentado de Munique, assim como serão apresentados aspectos observados tanto na condução da operação terrorista, como nas ações contraterror realizadas pelas autoridades alemãs. Tais análises irão propiciar a coleta de dados para se depreenderem as lições aprendidas, a fim de servirem de objetos de estudo para preparação em eventos esportivos do gênero.

4.1 Antecedentes

Na época dos Jogos Olímpicos de Munique, pós 2ª Guerra Mundial (SGM), a situação geopolítica da Europa era marcada pela Guerra Fria (1947 - 1989) e a Alemanha era o símbolo dessa cisão, pois estava dividida em duas partes: Alemanha Oriental, socialista¹³, onde eram evidenciadas as ideologias políticas da ex-União Soviética e Alemanha Ocidental, capitalista¹⁴, influenciada pelas características políticas dos Estados Unidos da América (BLAINEY, 2011).

A Alemanha ainda continuava estigmatizada pela 2ª Guerra Mundial, sua postura belicosa, expansionista e a questão do holocausto ainda estavam muito vivas na memória mundial. Em função disso, as Olimpíadas de Munique, em 1972, proporcionavam um momento de festa na qual poderiam apagar a imagem alemã, maculada pela referida guerra (KLEIN, 2006).

No entanto, enquanto a Alemanha se preparava para os XX Jogos Olímpicos com um espírito de paz e harmonia para reconstruir sua imagem perante o mundo, em 1970 surgia o grupo terrorista Setembro Negro, que era uma facção do Fatah e teve suas origens

¹³ Política econômica em que a principal característica é a transformação da sociedade por meio da distribuição equilibrada de riquezas e propriedades, reduzindo a distância entre ricos e pobres.

¹⁴ Política econômica em que os meios de produção e distribuição são de propriedade privada e com fins lucrativos.

decorrentes do massacre das forças do Rei Hussein da Jordânia contra os palestinos refugiados.

A Jordânia possuía uma ambiente delicado em função de sua população ser composta por aproximadamente dois terços de palestinos ou de origem palestina. Tal situação era agravada pelos refugiados palestinos e, em meio a esta população, se imiscuíam elementos adversos da guerrilha palestina que executavam ataques contra Israel, a partir da Jordânia, para desestabilizarem a Faixa de Gaza e a Cisjordânia (FRATTINI, 2014).

Esses ataques sistemáticos e o atentado de Munique, em 1972, ocorreram, primeiramente, como resposta à Guerra dos Seis Dias que aconteceu em 1967¹⁵, em que o Exército de Israel ocupou a faixa de Gaza, uma parte da Síria e do Egito, onde viviam milhares de pessoas, aumentando o número de deslocados desde a criação do Estado judeu em 1948.

A partir disso, os palestinos resolveram contra-atacar e mostrar ao mundo a causa deles. Nesse sentido as Olimpíadas de Munique eram uma grande oportunidade para divulgar a causa palestina, pois ali estavam presentes as mais importantes redes de comunicação do mundo realizando cobertura do evento esportivo.

No entanto, o rei jordaniano estava disposto a manter um canal de comunicação com Israel e, além de sua monarquia pró-ocidental ter se tornado alvo dos discursos nacionalistas e marxistas de extremistas árabes e palestinos, era contrário ao uso de seu território como base de combate pela guerrilha ou ponto de parada para terrorista em ações de sabotagem e sequestros aéreos¹⁶. Por fim, em setembro de 1970, o monarca, por meio de suas tropas beduínas de elite, promoveu o massacre dos campos de refugiados palestinos, provocando um Setembro Negro¹⁷ (como foi conhecido o episódio) para aquele povo

¹⁵ Guerra na qual Israel enfrentou uma coalisão formada por Egito, Jordânia, Síria e Líbano.

¹⁶ Em setembro de 1970 o grupo palestino sequestrou um avião da El Al, sendo este o quarto avião sequestrado em menos de três meses.

¹⁷ Massacre de palestinos refugiados na Jordânia por tropas do Rei Hussein no mês de setembro de 1970, cujo objetivo era expulsar guerrilheiros palestinos.

(FRATTINI, 2014).

Decorrente dessa investida sangrenta por parte dos jordanianos houve uma nova imigração dos palestinos para Síria e Líbano. Dessa forma, a OLP, que possuía significativo grau de ingerência sobre os campos de refugiados palestinos instalados nos países árabes, especialmente no Líbano e na Jordânia, teve que mudar sua base da Jordânia para o Líbano e os jovens guerrilheiros que testemunharam o massacre adotaram o nome daquele mês como símbolo de sua luta e a vingança como razão de sua existência¹⁸ (FRATTINI, 2014).

De forma lógica, observa-se que, inicialmente, o Setembro Negro tinha como alvo autoridades e embaixadas jordanianas a fim de vingar as mortes causadas pelo regime do Rei Hussein. Com isso, o MOSSAD¹⁹ incorreu em erro de avaliação que perdurou até o massacre de Munique, pois considerava que o esforço principal do Setembro Negro era direcionado para a Jordânia (KLEIN, 2006).

Outro aspecto a ser considerado, à época, era o fato desse grupo ser uma organização terrorista peculiar em virtude de não possuir sede, líderes ou porta-vozes abertamente declarados. Seu líder, Salah Khalaf (Abu-Iyad), que era representante de Yasser Arafat e um dos líderes da Fatah, assim como ele, não admitia qualquer ligação com o grupo. Tal fato era constatado quando Arafat assegurava que a OLP que nada sabia sobre aquela organização nem estava envolvida com suas atividades, mas realmente entendia a mentalidade de jovens dispostos a morrer pela Palestina (KLEIN, 2006).

Isso dificultava a detecção de operações terroristas, pois os elementos tinham uma maior autonomia e permeabilidade na população, assim como menos exposição perante a mídia e autoridades do governo, antes da execução de alguma operação, é claro.

Em relação ao setor financeiro, a maior parte dos fundos do Setembro Negro era

¹⁸ A forma como foi originado o grupo terrorista Setembro Negro levou Israel a inferir erroneamente que não era o principal objetivo dele e sim a Jordânia.

¹⁹ Serviço Secreto Israelense que executava ações de combate ao terrorismo como prevenção, retomada e resgate e extermínio.

oriundo da OLP e de alguns países do Golfo Pérsico, principalmente dos xeiques do petróleo, e da Líbia, a qual também apoiava logisticamente grupos terroristas com passe livre em seu território para estabelecimento de bases de treinamento e cobertura diplomática por meio de suas embaixadas na Europa (FRATTINI, 2014).

Adicionalmente, observa-se que, além desse suporte, havia vários colaboradores palestinos em território europeu que faziam serviços de apoio logístico sem perguntar para que, contribuindo, assim, para manutenção da compartimentação e do sigilo das operações. Com todo esse aporte internacional e com um grande evento esportivo com elevado potencial de cobertura da mídia, tinha-se uma excelente oportunidade de por em prática o que afirmava Ali Hassan Salameh²⁰ ao divulgar que daria maior publicidade à causa assassinar um judeu na Europa do que cem em Israel (KLEIN, 2006).

Em relação à participação, os Jogos Olímpicos de Munique contavam com cerca de 121 Estados, aproximadamente 7000 atletas, mais de 4.000 repórteres, a maior cobertura televisiva da época para cerca de 900 milhões de telespectadores, porém, mesmo com toda essa quantidade de pessoas de várias nacionalidades envolvidas, o aspecto da segurança foi negligenciado, pois as autoridades da alemãs não tiveram a percepção da possibilidade de incidentes terroristas (KLEIN, 2006).

Em contrapartida, ao analisar-se os membros do grupo terrorista que participaram do atentado, observa-se que eles foram exaustivamente treinados no deserto da Líbia, a maioria deles eram refugiados e possuíam elevada motivação, ao contrário da polícia alemã, que não estava preparada para atuar numa situação de crise (KLEIN, 2006).

Dessa forma, ao conjugar todos esses fatores históricos e psicossociais referentes a cada ator internacional (Alemanha Ocidental fragilizada e despreparada, a Líbia complacente, território palestino ocupado, Israel expansionista e Jordânia afetada pelos refugiados palestinos que cultivavam o ódio contra os judeus e os jordanianos) e todo esse

²⁰ Segundo no comando do Setembro Negro.

aporte logístico aos terroristas, pode-se perceber a grande oportunidade que representavam os XX Jogos Olímpicos para perpetração um atentado com repercussão internacional para propagação da causa palestina.

Pode-se observar que esse ambiente permissivo foi amplamente explorado pelos terroristas que tinham como objetivos a libertação de 234 terroristas em prisões israelenses e 2 na Alemanha Ocidental e a utilização da mídia para exibir a luta palestina. Esses objetivos faziam parte da Operação Ikrit e Biram, em alusão às cidades cristãs que ficavam próximas à fronteira de Israel com o Líbano e de onde os palestinos foram expulsos pelos israelenses. O que denotava o sentimento palestino de retomar suas terras e que fora traduzido como fonte de grande motivação para execução da missão.

4.2 A ação terrorista

Naquela época, a transmissão ao vivo dos jogos olímpicos por rádio e televisão era o canal ideal para difundir a imagem de uma nova Alemanha e a participação de Israel tinha uma importância especial, pois sua presença faria com que definitivamente o mundo visse que não existia mais nenhum tipo de preconceito envolvendo alemães e judeus (KLEIN, 2006).

A ação dos terroristas do Setembro Negro foi minuciosamente planejada. Do ponto de vista logístico, em 23 de agosto de 1972, um casal palestino de meia idade, bem apresentado, chegou por aeronave na Alemanha carregando quatro malas pesadas, em uma delas havia várias peças de lingerie para ludibriar a fiscalização e outras três com oito fuzis AK-47. Conseguiram passar ilesos, depois alugaram um carro e foram para Munique, onde deixaram as malas em um guarda-volumes na estação de trem e as chaves num pequeno hotel nas proximidades. Esse casal nada sabia sobre a operação, fazia parte de uma rede de colaboradores na Europa, tudo era compartimentado, mas fazia parte da logística do terror em

funcionamento (KLEIN, 2006).

Em 31 de agosto daquele ano, seis dos oito perpetradores chegaram no aeroporto de Munique em dois grupos separados, vindos de Trípoli. Eles foram recebidos pelos outros dois (o comandante e o seu sucessor na operação), que já estavam na cidade. A partir dali agiram como turistas, fizeram a ambientação fisiológica se adaptando ao fuso, descansando, assistindo a algumas partidas de vôlei. Apenas na noite anterior ao sequestro eles foram informados de sua missão (KLEIN, 2006).

Sendo assim, pode-se notar que o elevado treinamento, o apoio logístico em diferentes países e a rigidez na compartimentação do conhecimento foram fundamentais para manutenção do sigilo e para que os perpetradores chegassem em condições de executar a missão.

Com isso, no dia 5 de setembro, a equipe de oito terroristas utilizando moletons olímpicos se dividiu em dois grupos e às 04:10h chegaram à Vila Olímpica, onde foram ajudados por alguns atletas estadunidenses, que voltavam da noitada, a transpor as grades da vila. Não havia guardas nesse trajeto. Alguns funcionários do correio os viram, mas nada foi feito. Todos pareciam apenas atletas voltando de confraternizações noturnas (KLEIN, 2006).

Um vez no interior da vila, às 04:15h a ação foi iniciada com a entrada nos quartos dos atletas e juízes israelenses, inicialmente houve resistência e foram executados disparos contra um atleta israelense que conseguiu fugir pulando a janela de seu quarto. Aqueles disparos foram interpretados como sendo acidentais por parte de algum atirador nervoso. Outro israelense conseguiu escapar durante deslocamento dos reféns no corredor do prédio e outros dois foram mortos nas tentativas iniciais de reverterem aquela situação. Depois desses acontecimentos iniciais, do lado de fora do apartamento dos israelenses havia apenas o corpo de um israelense e guardas desarmados (KLEIN, 2006).

Às 05:30h removeram o corpo, alertaram-se as autoridades locais, sucederam-se

sons de sirenes e ruídos de carros militares, além de centenas de repórteres se amontoando no local em busca de qualquer pedaço de informação ou boato. De início divulgaram qualquer informação desencontrada, o importante era o furo de reportagem (KLEIN, 2006).

Com todas essas atitudes violentas logo nos momentos iniciais, os terroristas deixaram claro que cumpririam suas ameaças caso não fossem atendidas as reivindicações de soltura de 236 prisioneiros listados (234 em prisões israelenses e 2 em prisões alemãs) e respectivos traslados para um país árabe.

A polícia alemã estava despreparada para a segurança do evento. A Alemanha queria desvincular a péssima imagem da Alemanha durante a 2ª Guerra Mundial, daí o nome de Jogos da Paz. Uma das causas daquela situação de caos estava no fato da legislação alemã proibir a utilização de forças federais na Bavária, não havia equipe contraterror nem de negociação, nem tampouco protocolo de segurança prevendo algum incidente do gênero ou equipe para tratar com a imprensa, a qual não era abastecida com informações e então as fabricava divulgando boatos que eram muitas vezes corrigidos posteriormente (KLEIN, 2006).

Outro fator que dificultava a precária negociação das autoridades alemãs com os terroristas era a postura de Israel de não ceder às exigências dos terroristas, como denota os pontos resultantes da reunião da Primeira-Ministra Golda Meir com seu gabinete, naquela manhã, para serem apresentadas às autoridades alemãs pelo embaixador israelense na Alemanha Ocidental:

1. O governo israelense não negocia com terroristas. A responsabilidade de lidar com a crise recai sobre a Alemanha Ocidental. O governo israelense espera que o governo alemão faça tudo a seu alcance para libertar os reféns.
2. Israel entenderá se for prometida liberdade aos terroristas, desde que isso ajude a libertar os reféns.
3. Israel aqui afirma sua confiança na Alemanha Ocidental e está certo de que o governo fará tudo a seu alcance para garantir a segurança de todos os reféns. (KLEIN, 2006, p.58).

Israel ofereceu um equipe contraterror, mas foi rejeitada pela Alemanha, era uma

situação de soberania e política. Então, mesmo com a desconfiança em relação à capacidade das autoridades alemãs de gerir com sucesso aquela crise, a missão de resgate foi deixada nas mãos dos alemães.

Os bávaros²¹ repudiavam qualquer intervenção estrangeira ou federal. A reputação germânica de precisão e eficiência era, errônea e inicialmente, aceita pelos israelenses como característica intrínseca dos alemães, os quais supostamente seriam capazes de lidar com a situação, porém quando das primeiras ações com os palestinos transpareceu o elevado amadorismo das autoridades alemãs para solucionar o problema, o que gerou elevada preocupação por parte da equipe do governo israelense enviada para acompanhar o sinistro (KLEIN, 2006).

A situação era tratada de forma tão descoordenada pelas autoridades alemãs que na tarde daquele dia os terroristas acompanhavam a movimentação dos inexperientes policiais pela TV em tempo real e interromperam a ação argumentando que matariam todos os reféns caso eles não saíssem do telhado. Naquele episódio trágico as transmissões eram ao vivo e sem a menor intenção de filtrar a informação ou avaliar sua influência nas ações de resgate.

A equipe de policiais que atuaram na vila era composta de voluntários despreparados e aspectos básicos como a contagem de perpetradores estava aquém da realidade (inferior), mesmo com alguns agentes da polícia bávara penetrando nos quartos para verificar o estado dos atletas, o que veio a induzir um erro de avaliação no dimensionamento do número de atiradores para ação principal²² no campo de pouso da Base Aérea de Fürstenfeldbruck (KLEIN, 2006).

Havia muita lentidão por parte do governo em abastecer a imprensa com informações, então eram produzidas notícias baseadas em estimativas ou disseminações de

²¹ O governo da Bavária ficou com a incumbência de resolver o problema. Israel embora acompanhasse o desenrolar das ações não iria se envolver, porém não iria negociar com os terroristas porque se cedesse nenhum israelense, em nenhum lugar do mundo, sentiria que sua vida estaria a salvo (KLEIN, 2006).

²² Nome que se dá à ação no objetivo, ou seja, quando a equipe tática de retomada e resgate lança seu ataque para o resgate propriamente dito dos reféns e neutralização dos perpetradores.

boatos. Não havia um setor encarregado de estabelecer o elo entre as autoridades que cuidavam do caso e a imprensa. Fatos desnecessários como deslocamento para os helicópteros dos atletas amarrados e terroristas foram transmitidos ao vivo (KLEIN, 2006).

A complexa política alemã estava colocando os reféns em risco elevado. Não havia sinergia entre os diversos setores afetos ao problema, nem tampouco havia sido montado um gabinete de crise com pessoal qualificado e, a essa altura, o principal objetivo dos terroristas tinha sido alcançado: divulgar a causa palestina.

Após intensa negociação, se adotou a seguinte sequência de eventos para libertação dos reféns: transporte, por ônibus, para dois helicópteros próximos à Vila Olímpica, dali ao campo de pouso na Base Aérea de Fürstfeldbruck e de lá, por aeronave de asa fixa, para o Cairo, onde ocorreria a troca de reféns. No entanto, ocorreu tanta desorganização por parte dos alemães que a equipe contraterror que estava no Boeing 727 abortou a missão quinze minutos antes do pouso dos helicópteros com os atletas e terroristas. Seus integrantes estabeleceram uma votação entre si e concluíram que sua missão de resgatar os reféns quando do embarque do grupo terrorista na aeronave era suicida²³ (KLEIN, 2006).

Logo após pousarem na Base, os dois líderes do grupo terrorista foram vistoriar o avião e ao perceberem que não estava preparado para voo regressaram para os helicópteros. Nesse momento, toda a responsabilidade foi depositada nos atiradores²⁴ que, mesmo sem apoio da equipe de intervenção e em menor número que os perpetradores, receberam ordem para abrir fogo (KLEIN, 2006).

Seguiu-se, então, um feroz tiroteio acompanhado de estouros de granadas lançadas pelos terroristas, danificando-se a iluminação dos postes e tornando-se impossível a identificação dos inimigos e reféns no heliponto em função da escuridão. Nessa ação os

²³ A equipe de intervenção, que também era composta por voluntários sem o devido preparo, teve aproximadamente 4 horas de planejamento, no entanto não alertaram com antecedência para erros básicos como deixar abastecida a aeronave com 8.300l de combustível altamente inflamável onde apenas um único tiro poderia deflagrar uma explosão, sem falar da falta de disfarce adequado.

²⁴ Os atiradores empregados no resgate dos reféns foram escolhidos em função de uma competição que ocorrera meses antes; jamais tinham recebido treinamento profissional como atirador de elite.

terroristas também atiraram contra os israelenses e detonaram uma granada dentro de um dos helicópteros (KLEIN, 2006).

Os veículos blindados da polícia alemã não tinham sido deslocados para o campo de pouso e, por isso, durante a ação no objetivo por parte dos atiradores alguns policiais se recusaram a avançar no combate em busca dos terroristas, enquanto não chegassem os blindados que estavam presos no engarrafamento (KLEIN, 2006).

O despreparo era geral, a equipe de controle de avarias (bombeiros) também se recusara a atuar para conter as chamas no helicóptero, resultantes da explosão de granadas dos terroristas, até que todos os terroristas fossem neutralizados ou capturados. Com isso um refém israelense perdeu a vida por inalação de gases tóxicos (KLEIN, 2006).

Observa-se, assim, que política externa da Alemanha preocupou-se exageradamente com a restauração de sua imagem como um país de paz, que ainda era lembrado pelas atrocidades que cometera na 2ª Guerra Mundial, isso levou ao negligenciamento no preparo da segurança para os jogos e na consequente condução da situação de crise que se instaurou.

De maneira complementar, a legislação alemã contribuiu para o impasse, pois não autorizava o emprego das forças armadas naquela situação, logo a responsabilidade pela condução do evento foi depositada na polícia local, a qual não possuía preparo adequado e agiu de forma amadora desde as primeiras negociações até a ação no campo de pouso, resultando na morte de todos os reféns.

Outrossim, a atuação das autoridades alemãs foi feita de forma descoordenada, pois não havia sinergia entre os setores envolvidos, o que poderia ter sido minimizado se houvesse um centro coordenador que gerenciasse situações anormais como a que se apresentava.

Ao final, os terroristas, mesmo tendo perdido a maioria do grupo²⁵ e não libertado

²⁵ Ao final, os nove reféns, cinco terroristas e um policial foram mortos e três terroristas foram presos.

os prisioneiros em Israel e na Alemanha Ocidental, conseguiram conquistar o seu principal objetivo que foi a divulgação mundial da causa palestina.

Dessa forma, essa análise detalhada da sequência das ações, combinada com os objetivos dos terroristas e as classificações realizadas no capítulo dois, direciona esse caso para ser definido como terrorismo político, internacional e seletivo, pois reúne várias características num mesmo evento como lugar neutro no estrangeiro, no caso a Alemanha Ocidental, perpetradores e vítimas estrangeiras específicas (palestinos do Setembro Negro e delegação israelense) e o intuito maior que era a divulgação da causa palestina, a fim de contribuir para uma futura expulsão dos israelenses de regiões anteriormente habitadas por palestinos e o conseqüente reconhecimento do Estado da Palestina (aspectos políticos).

5 SINERGIA MÍDIA, ESTADO E POPULAÇÃO

O presente capítulo se propõe a apresentar resumidamente algumas análises sobre a relação entre mídia de massa²⁶, terrorismo e grandes eventos esportivos, enfatizando a questão da responsabilidade da mídia na transmissão de eventuais incidentes terroristas em grandes competições esportivas, como Jogos Olímpicos, os quais representam alvos de alto valor para organizações terroristas, em função da magnitude e publicidade instantânea em escala global que essas competições proporcionam.

Na condução dessa situação de elevado nível de estresse, que foi o incidente terrorista de Munique, pode-se observar que logo de início os perpetradores foram violentos, seletivos e decisivos ao eliminarem dois integrantes da delegação israelense. Sendo assim, a seriedade das ameaças conferiram à organização força para se expressar no espaço público, estabelecendo uma postura de credibilidade nas suas exigências e, por consequência, prioridade e destaque na cobertura do evento que inicialmente era voltada para os jogos.

Nesse sentido houve uma mudança de ênfase no objeto de análise jornalística, abolindo-se a diferença entre espaço público e privado, pois a causa palestina (público) adentrou e influenciou diretamente na família (privado) ao se perpetrar um atentado contra pessoas comuns (delegação composta por atletas, juízes e treinadores israelenses). Corroborando com este fato, Melo Neto (2002) afirma que a escolha dos alvos, é um aspecto a ser enaltecido na ação dos terroristas por ter grande significado simbólico para o país inimigo e o mundo.

Dessa forma, o incidente terrorista dos jogos olímpicos de Munique foi um fenômeno político de repercussão na segurança internacional e na paz mundial, em função da natureza de suas ações violentas e seletivas, que tiveram a capacidade de tornar qualquer

²⁶ Neste trabalho considera-se que o termo mídia refere-se a todos os meios ou canais de informação, enquanto o termo mídia de massa representa as emissoras de televisão, rádio e jornais (impressos ou digitais).

pessoa um alvo em potencial, disseminando, desta forma, a intimidação coletiva.

É importante ressaltar que esse incidente, curiosamente, ocorreu num Estado que saiu perdedor da 2ª Guerra Mundial e que buscava limpar sua imagem manchada pelas atrocidades proporcionadas pelo Nazismo²⁷, o qual, segundo Chaui (2006), utilizou amplamente a comunicação de massa, assim como os terroristas o fizeram posteriormente nas olimpíadas, em 1972.

O poder de persuasão e de convencimento do rádio levou a seu uso político (cotidiano e intenso) pelo nazismo, considerado por muitos pensadores o verdadeiro início da comunicação de massa porque descobriu e explorou a capacidade mobilizadora do rádio. Conferências de intelectuais nazistas, discursos de Hitler, transmissão de paradas militares, juvenis, infantis, femininas, entrevistas com militantes do partido nazista, transmissão de notícias diretamente das frentes de guerra, concertos e óperas de compositores alemães “autênticos” foram empregados para convencer a sociedade alemã da grandeza do Terceiro Reich (CHAUÍ, 2006, p.44).

Por outro lado, o direcionamento da mídia para se obter esse controle social ou até mesmo um limitado poder político para se chegar a uma mesa de negociações²⁸ é um objetivo buscado constantemente por diversos atores na sociedade, dentre eles grupos terroristas, pois quem detém esse controle possui a possibilidade de guiar a opinião pública, a qual mantém o poder de legitimar a política nas sociedades democráticas. No caso em tela, buscava-se a divulgação da causa palestina e a justificativa da luta armada, além de propor a legitimação da volta de palestinos refugiados às regiões ocupadas por Israel.

Entretanto, um dos principais problemas existentes na formação de opinião é que o conhecimento obtido é mediatizado, podendo ser equiparado a algo parecido com a realidade e produzido pelos meios de comunicação em massa, ou seja, a visão do objeto seria gerada pela perspectiva da fonte e das corporações midiáticas. Muitas dessas percepções, como por exemplo, os acontecimentos internacionais e as relacionadas ao terrorismo, na grande maioria dos indivíduos, são geradas quase que totalmente por meio da mídia (MELO

²⁷ Relativo ao partido nacional alemão, socialista e de extrema-direita, fundado e consolidado por Adolf Hitler cuja ideologia política baseava-se no racismo, segregação racial, anti-semitismo e fascismo.

²⁸ Mesmo que a violência política em si exista independentemente dos meios de comunicação, sua repercussão depende integralmente de sua projeção no espaço público informativo. Somente assim os atos de violência política são dados a conhecer internacionalmente e cobram a relevância necessária para que se articulem em torno deles processos de negociação mais ou menos imediatos (NACOS, 2002).

NETO, 2002).

O resultado desse processo é um conjunto de informações simplificadas e interpretadas, que influenciam sobremaneira na formação da opinião pública. E é nesse sistema que o terrorismo busca projeção por meio da obtenção de publicidade para co-existir no espaço público e emitir suas mensagens.

Todavia, há de se notar que a meta principal dos terroristas não é a notoriedade e a publicidade, pois estes são meios para atingir objetivos maiores, como o acesso ao sistema de comunicação política, a possibilidade de negociação ou influência, o reconhecimento, o respeito e a legitimidade (MELO NETO, 2002).

Dessa forma, mesmo que sejam repudiados nas áreas de atuação, líderes de organizações terroristas podem vir a ser respeitados entre seus pares e simpatizantes e a obter uma vantagem relativa em um conflito assimétrico. Em termos práticos, no caso em tela, os objetivos eram a divulgação ao mundo da causa palestina (que colocava os palestinos na posição de vítimas oprimidos por Israel), a libertação quase que imediata de 236 prisioneiros²⁹ e, indiretamente, a contribuição para o fortalecimento da imagem grupo terrorista com consequente aumento de recrutamento de guerreiros e colaboradores.

Os líderes da organização Setembro Negro escolheram as Olimpíadas porque sabiam que obteriam facilmente a máxima atenção da mídia, pois seria possível aproveitar a grande quantidade de meios de comunicação já existentes no local. Esse aproveitamento foi bastante eficiente e eficaz, pois permitiu que todas as redes de televisão atuassem como suas parceiras em sua estratégia de divulgação do espetáculo do terror com consequente disseminação de insegurança na população mundial. Ou seja, o terrorismo soube utilizar a vocação da mídia para a cobertura total e imediata de fatos espetaculares (MELO NETO, 2002).

²⁹ A transmissão da barbárie era intencionada também para gerar comoção do povo de Israel para pressionar o governo a negociar a libertação dos prisioneiros e dos reféns.

Nesse contexto, nas três primeiras semanas que se seguiram aos atentados, verificou-se, na mídia impressa, que o trágico incidente foi capa de uma edição das revistas Time e Newsweek, além de artigos de outras edições subsequentes, o que também contribuiu para promover a popularização do Setembro Negro e da causa palestina.

Pode-se notar, inclusive, que fruto de todo esse aparato midiático, advém normalmente o conhecimento da grande maioria de cidadãos comuns sobre terrorismo, pois poucas pessoas efetivamente testemunharam acontecimentos terroristas ou tiveram contato direto com integrantes de grupos armados. É nesse sentido que Nacos (2002) posiciona a mídia no centro da produção do acontecimento terrorista contemporâneo.

Continuando a reflexão acerca deste incidente ocorrido nos Jogos Olímpicos de Munique, em 1972, é possível fazer uma analogia prática à guerra do Vietnã, primeira guerra televisiva e cujas imagens transmitidas afetavam a opinião pública norte-americana.

De maneira semelhante os perpetradores do Setembro Negro também exploraram esse potencial dos meios de comunicação e certamente o atentado de Munique foi o que teve maior repercussão na mídia internacional, sendo, inclusive, explorado pela indústria cinematográfica. Estima-se que 900 milhões de pessoas assistiam, ao vivo, àquele sequestro na Vila Olímpica, inclusive os próprios terroristas, que acompanharam e neutralizaram as movimentações policiais iniciais de resgate.

Em relação à cobertura de atentados terroristas há especialistas que argumentam que mídia favorece ao atendimento dos propósitos terroristas, no entanto há aqueles que se contrapõem a essa argumentação ao afirmarem que a mídia atua como mobilizador da opinião pública em prol da luta contra o terror.

Mesmo que não haja estudos que indiquem qual dessas vertentes prevalece, pode-se observar que, segundo Wilkinson (1997), o terrorismo em sociedades democráticas depende da mídia. Tal afirmação evidencia a relação simbiótica entre eles, pois enquanto os

terroristas buscam fins políticos e psicossociais, a imprensa visa o aumento de audiência com os atentados.

O terror, com seus atos espetaculares, busca fascinar as pessoas com seus cenários fabricados de tragédia. Seus estrategistas conhecem muito bem o fascínio que exercem os episódios trágicos na mente das pessoas. Com isso, têm como certa a ampla cobertura dos atentados porque estes são certeza de uma elevada audiência nos meios de comunicação. Ao assim procederem, os estrategistas do terror utilizam a mídia como seu principal aliado na difusão de suas ações (MELO NETO, 2002, p. 108).

No entanto, essa lógica de parceria defendida por Melo Neto (2002) é contraposta pela afirmativa de Wilkinson (1997) que argumenta que os meios de comunicação não são controlados pelos grupos terroristas, mesmo havendo uma competição entre as emissoras pelo furo de reportagem³⁰.

Dessa forma, depreende-se que a mídia é uma ferramenta incerta que pode ser usada para transformar terroristas em revoltosos, rebeldes, ou guerreiros da resistência. Nesse caso, paradoxalmente a liberdade de expressão e comunicação, tão condenadas pelos terroristas, são usadas pelos mesmos para moldar uma imagem de melhor aceitação junto à sociedade.

Por outro lado, essas mesmas ferramentas podem ser usadas como fonte de força para comoção geral na luta contra o terrorismo (não divulgando espetáculo do terror, mas funcionando como canal de disseminação de medidas de proteção e detecção). Ou seja, pode ser combustível para o terrorismo ou uma arma contra ele mesmo.

Teoricamente uma emissora de notícias tem o compromisso em manter a imparcialidade no trato com a informação, mas a liberdade de informação não pode ser uma liberdade absoluta, de modo a propagar a incitação à violência, à morte ou desrespeito a qualquer ser humano. Dessa forma até que ponto deveria ser imparcial? Deveria mostrar e divulgar cenas de terror? Ou apenas informar? Diante desse dilema surgem os os “patriotas”, adeptos da censura imposta pelo governo à mídia de não mostrar as cenas de terror; e os

³⁰ Matéria noticiada em primeira mão, o que contribui para o aumento da audiência.

“éticos”, que defendem a independência da mídia, cujo dever é mostrar as imagens reais e fazer análises imparciais (MELO NETO, 2002).

Fruto desse impasse, há três possíveis ramificações políticas em relação à restrições impostas por governos à mídia: *laissez-faire*, censura ou regulamentação legal e autorrestrição voluntária.

– *Laissez-faire*

Seria uma postura sem restrições quanto à divulgação. Situação ideal para os terroristas explorarem os canais de comunicação como portadora de suas ideias e violência.

– Censura ou regulamentação legal

Wilkinson (1997) defende que, em qualquer sociedade livre e responsável, a liberdade de expressão não é ilimitada. Nesse sentido em virtude do grande poder de influenciar a massa, alguns governos restringem a divulgação de material terrorista. Tal atitude que pode ter conotação ambígua, pois ao mesmo tempo que proíbe a realização de publicidade “pró-terrorista” pode representar também a vitória do terrorismo em coibir um dos pilares da democracia que é a liberdade de expressão, além de comprometer a confiança da população numa mídia controlada. Logo, a maioria dos Estados não a adotam.

– Autorrestrição voluntária

Na qual as instituições de imprensa estabelecem diretrizes e regulamentos internos, de forma coibir exploração por parte de organizações terroristas.

Dessa forma, grandes emissoras poderiam implementar medidas como instrução aos jornalistas como trato com incidentes terroristas e uma maior interoperabilidade com a polícia, de modo a evitar o agravamento da situação.

Entretanto, Wilkinson (1997) ressalta que não há qualquer evidência que comprove que a imprensa esteja tomando essa postura em relação a matérias relacionadas ao

terrorismo. O que poderá demandar do governo uma regulamentação legal, promovendo, dessa forma, a censura da mídia. No entanto o mesmo autor cita algumas práticas que a mídia pode fazer para contribuir na luta contra o terrorismo:

- difundir e estimular o debate, em fóruns, sobre as implicações sociais e políticas decorrentes do terrorismo, assim como o desenvolvimento de políticas públicas adequadas e eficientes de contraterrorismo;
- divulgar procedimentos de forma a detectar possíveis táticas terroristas como intercâmbios com outras organizações terroristas ou criminosas e atitudes suspeitas como abandono de pacotes e malas;
- manter interoperabilidade com instituições governamentais (dentre elas a polícia) para divulgação de possíveis ameaças e dos procedimentos a serem seguidos pela população em caso de emergência.

Ao recordar o caso dos Jogos Olímpicos de Munique, como analisado neste capítulo e em outros, não houve nenhum tipo de controle ou coordenação com a imprensa, até mesmo no próprio governo havia hiatos e indefinições. O preparo fora demasiado insuficiente, não havia nenhum protocolo para situação de emergência decorrente de terrorismo. O controle da fronteiras e aeroportos era deficiente, visto que armamento e terroristas adentraram na Alemanha sem serem percebidos.

Para se contrapor às ameaças terroristas pode-se citar um exemplo prático que foram as medidas implementadas pelo Reino Unido durante a preparação para as Olimpíadas de Londres, em 2012. Naquele evento, buscou-se priorizar a comunicação e a parceria com a sociedade civil e os diversos entes da federação, informando à população de modo a obter seu apoio e deixá-la mais segura. Nesse aspecto, a mídia teve um papel importante, pois auxiliou na divulgação à população dos quatro objetivos do contraterrorismo que seriam a prevenção, a

perseguição, a proteção e a preparação.

Ao detalhar esse objetivos, observa-se que a prevenção diz respeito às ações que visem a apoiar parcela da sociedade mais vulnerável de modo a cercear quaisquer tipo de cooptação por parte de terroristas; a perseguição está relacionada ao aprimoramento da atividade de inteligência, de modo a detectar atividades terroristas ainda no estágio embrionário e até mesmo a população poderia ajudar nesse sentido ao denunciar atividades suspeitas à polícia; a proteção estaria relacionada ao controle de acesso nas fronteiras, portos e aeroportos, à segurança de infraestruturas críticas e de locais de grande concentração de pessoas; por fim a preparação que estaria relacionada à preparação de setores como sistemas de emergência médica (radiológica, bacteriológica, química e nuclear), defesa civil, e outros, em resposta a um atentado bem sucedido.

Toda essa coordenação se concretizou por meio de um sofisticado sistema de comando e controle, treinamento e conscientização da própria população que contribuiu sobremaneira para sinergia entre os diversos setores do governo e destes com a população e a mídia.

Este trabalho considera que o melhor política de emprego da mídia na cobertura de grandes eventos esportivos e eventuais incidentes terroristas seria maximizada pela adoção da autorrestrrição voluntária, pois contribuiria para sinergia entre os diversos setores envolvidos (setores do Estado como o de segurança pública, forças armadas, saúde, defesa civil, entre outros), além de garantir de maneira espontânea, sem prejuízo da segurança, direitos fundamentais presentes nas democracias como o da liberdade de expressão.

Deste modo, a mídia estaria atuando como parceira do Estado e da sociedade civil. Esta atuação estaria evidenciada por meio de esclarecimento da população sobre o *modus operandi* dos terroristas e possíveis medidas de detecção de ameaças e de indivíduos suspeitos, além da não propagação de cenários de terror. Com isso, contribuiria para a

neutralização de atentados ou minimização de seus efeitos caso tenham sido perpetrados.

6 CONCLUSÃO

O presente trabalho explorou algumas considerações e alguns fatos sobre a relação entre mídia, terrorismo e grandes eventos esportivos, de forma a contribuir para a preparação da segurança de grandes eventos esportivos, os quais contam com grande cobertura da mídia.

Devido à complexidade do assunto, pôde-se constatar que há uma grande dificuldade na definição de terrorismo e ainda existe uma vasta classificação sobre o tema, o que demanda necessidade de conhecimento do assunto para entendimento de suas motivações e consequente adoção de ações por parte do Estado que venham a contribuir para mitigação ou prevenção de atentados.

Pontualmente, após a verificação das diversas definições e classificações de terrorismo, situou-se o atentado de Munique, em 1972, como terrorismo internacional, político e seletivo, ao ter como objetivo, inclusive, a divulgação da causa palestina e levar a violência para pessoas que embora fossem comuns, representavam o Estado de Israel.

Analizou-se, ainda que brevemente, a formação do Estado de Israel e seu expansionismo no Oriente Médio, o que ocasionou o surgimento de refugiados, o ódio dos palestinos e a luta armada de insurgentes que utilizaram a tática do terrorismo contra o Estado judeu.

A partir daí, se descreveu o surgimento do grupo terrorista Setembro Negro e detalhou-se o atentado de Munique, o qual expos diversas fragilidades/deficiências do Estado alemão na preparação para as olimpíadas e na condução da crise, que juntamente com a mídia, foram amplamente exploradas pelos terroristas para divulgar a causa palestina.

Dentre essas fragilidades, observou-se que a tentativa da Alemanha em desvincular-se de sua péssima imagem durante a 2ª Guerra Mundial a fez buscar cegamente uma mentalidade de paz, negligenciando vários aspectos de segurança e a interação com a mídia, a qual divulgava ou fabricava qualquer informação em tempo real.

Nesse aspecto, o Setembro Negro pôs a mídia como pilar central no planejamento de seu ataque para maximizar seu potencial destrutivo e contribuir para influenciar o governo e a opinião pública numa negociação vantajosa, além de divulgar a ideologia e a causa que defendia.

Pôde-se verificar, então, que o terrorismo em Munique implantou uma mudança de paradigma ao tornar pessoas simples em alvo em potencial, disseminando a intimidação coletiva, provocando o sentimento de insegurança, vulnerabilidade e impotência a todos os Estados e cidadãos.

No entanto, este trabalho, além de ter analisado a mídia como ferramenta para potencializar o terrorismo, apresentou sua importância na formação da opinião pública e no seu uso como aliada do Estado na luta contra ele.

Para isso, foram apresentadas as concepções de uso político da mídia e, em virtude dos fatos mencionados, concluiu-se que a de autorrestrição voluntária mais estabelecia sinergia com o Estado. A aplicação dessa concepção obteve sucesso nos jogos olímpicos de Londres, onde houve uma atuação em parceria com a mídia no sentido contrário à manipulação do terror. Na ocasião a imprensa ao divulgar a política antiterrorismo à população tornou-se, efetivamente, um recurso estratégico do Estado na luta contra o terrorismo.

Este trabalho também verificou como lições aprendidas a importância da preparação da segurança desde controle de acesso nas fronteiras, dos portos e aeroportos, até hotéis, centros esportivos ou qualquer local onde estejam as delegações, pois os terroristas e os armamentos tiveram acesso à Alemanha por meio dos aeroportos.

Outro fator latente no incidente, que demanda medidas preventivas na preparação de eventos dessa magnitude, foi a falta de interoperabilidade interagências, de sistema de comando e controle e de protocolos de gerenciamento de crises. Dessa maneira, depreende-se

que um bom planejamento vislumbre estudo minucioso desses aspectos de forma a fornecer resposta rápida, precisa e, se possível, antecipada a qualquer ameaça terrorista.

Pôde-se observar que a não interação entre os setores da sociedade deixou livre as ações dos terroristas, tanto taticamente, como no campo político, particularmente na difusão do terror e da causa palestina. Tal manobra poderia ter sido atenuada caso fosse adotada a política da autorrestrrição voluntária por parte da mídia, sendo esta a melhor forma de estabelecer sinergia do Estado e da população com os meios de comunicação, pois, além da adesão voluntária da mídia como parceira, garante, ainda, a liberdade de expressão.

Dessa maneira, conclui-se que a responsabilidade da mídia na cobertura de grandes eventos esportivos como parceira do Estado se traduz tanto na preparação quanto na execução do evento. Ela deve atuar como elo entre o poder público e a população, divulgando planos de contingência, *modus operandi* dos terroristas, endereços eletrônicos e números telefônicos para denúncias, congressos e fóruns de debates televisionados sobre o tema.

Durante o evento, a mídia deverá realizar uma cobertura responsável, não propagando o espetáculo do terror, e atuar com setores do Estados na coleta de informações que realmente possam contribuir para a divulgação do evento sem se tornarem instrumento de propagação de causas ou ideologias de grupos terroristas.

Dessa forma, atuará de modo a levar informação responsável e esclarecedora sobre o assunto a todos os indivíduos do país sede do evento esportivo. Com isso, contribuirá para promover a integração da população como parte do processo de prevenção e combate ao terrorismo.

REFERÊNCIAS

- BLAINEY, Geoffrey. **Uma breve história do século XX**. 2 ed. São Paulo: Fundamento Educacional, 2011.
- CHAUI, Marilena. **Simulacro e poder: uma análise da mídia**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.
- FINKELSTEIN, Norman. *Image and Reality of the Israel-Palestine Conflict*. Londres: Verso, 1995.
- FRATTINI, Eric. **Mossad os carrascos do Kidon: a história do terrível grupo de operações especiais de Israel**. São Paulo: Seoman, 2014.
- KLEIN, Aaron J. **Contra-Ataque: o massacre nas olimpíadas de Munique e a reação mortal de Israel**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.
- MELO NETO, Francisco Paulo de. **Marketing do Terror**. São Paulo: Contexto, 2002.
- NACOS, Brigitte L. **Mass-Mediated Terrorism: The central role of the media in terrorism and counterterrorism**. Maryland, 2002.
- TOSTA, Octavio. **Teorias Geopolíticas**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1984.
- VISACRO, Alessandro. **Guerra Irregular: terrorismo, guerrilha e movimentos de resistência ao longo da história**. São Paulo: Contexto, 2009.
- WHITTAKER, David J. **Terrorismo: um retrato**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2005.
- WILKINSON, Paul. **The Media and Terrorism: a Reassessment. Terrorism and Political Violence**. 2. ed. London: Frank Class, 1997.
- WOLOSZYN, André Luís. **Terrorismo Global**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2010.